

**Fala foi feita durante o seminário “Equilíbrio Possível: Saúde e Remédio de Alto Custo”, realizado em Brasília**

O diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Wadih Damous, participou na manhã da quinta-feira 13/11, em Brasília, do seminário “Equilíbrio Possível: Saúde e Remédio de Alto Custo”. O evento foi organizado pelo jornalista Guilherme Amado e contou com a presença também do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes. O encontro teve como objetivo discutir os impactos e benefícios dos medicamentos de alto custo nos orçamentos públicos e privados. O Secretário-Executivo da ANS e médico, Chico D’Angelo, também participou do encontro.

Para Damous, a incorporação de novos medicamentos no rol da Agência é um tema que merece permanente atenção, levando sempre em consideração o equilíbrio financeiro dos planos de saúde como base principal, garantindo atendimento médico aos seus beneficiários de forma robusta e permanente.

“Não podemos tratar a vida humana como um detalhe na hora de enfrentar esse assunto. Novos medicamentos surgem todos os dias com o avanço tecnológico, e não devemos estigmatizá-los porque salvam vidas. Ao mesmo tempo não podem inviabilizar os planos de saúde. Nosso desafio é manter este equilíbrio. São vidas do outro lado da equação”, defendeu Damous durante painel que contou com a presença de Gilmar Mendes.

Durante o encontro, que reuniu autoridades e especialistas da área médica no centro da capital, Wadih também destacou a celeridade da Agência para incorporar novos medicamentos no rol da ANS a partir da integração dos medicamentos no Sistema Único de Saúde (SUS). Atualmente, segundo o diretor-presidente, são necessários até 60 dias.

Agora a ANS tem uma agilidade bem maior do que tinha no passado. Hoje, por exemplo, quando a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) decide pela inclusão de um tratamento no SUS, a ANS tem o tempo máximo de 60 dias para incorporação no rol da Agência”, informou Damous.

Já para o ministro Gilmar Mendes, é fundamental avaliar com cautela a eficácia desses medicamentos e tratamentos de alto custo, pelo impacto financeiro, podendo até mesmo desestruturar governos municipais ou estaduais obrigados a arcar com esses custos.

“Uma única aplicação custa 3 milhões de dólares. Isso, sozinho, pode comprometer o orçamento de alguns estados e cidades”, ressaltou o ministro.

O diretor-presidente da ANS, Wadih Damous, no seminário “Equilíbrio Possível: Saúde e Remédio de Alto Custo”

**Fonte:** ANS, em 14.11.2025.